



# VII SEPOME

SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO MERCOSUL



“AS POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS”

# ANAIS

Realização

Mestrado e Doutorado  
**POLÍTICA SOCIAL**  
UCPEL

19 **60** **CATÓLICA**  
2020 DE PELOTAS



Emancipação:  
Movimento Social e Político



**GITEP**  
Grupo Interdisciplinar  
de Trabalho e Estudos  
Criminais-Penitenciários  
- UCPEL -



GRUPO DE PESQUISA  
**POLÍTICA DE SAÚDE,  
EPIDEMIOLOGIA E  
SERVIÇOS DE SAÚDE**



**GEP-PSGP**  
Políticas Sociais,  
Programas de Transferência de Renda,  
Gênero e Pobreza

## **APP QUILOMBOLA: acesso aos direitos de cidadania e promoção de equidade de gênero**

Patrícia Krieger Grossi<sup>1</sup>  
Gabriel Moraes Machado<sup>2</sup>  
Cassia Engres Mocelin<sup>3</sup>  
Ana Paula Terra Bacelo<sup>4</sup>

### **1. Introdução**

Este artigo apresenta o processo de construção e desenvolvimento de um aplicativo voltado para comunidades quilombolas, contendo dados sobre os programas disponíveis para essas comunidades. Tal ferramenta se faz necessária pois, segundo o último levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, 75% das comunidades quilombolas vivem em situação de extrema pobreza – em contraponto à média nacional, de 8,5%. Ainda, apenas 24% dessas comunidades dispõem de coleta de esgoto, 38% têm acesso a água encanada, 24% não sabem ler e escrever (BRASIL, 2013), 28,6% possuem ações de equipes de estratégia da saúde da família, e apenas 14,7% possuem a presença de unidades básicas de saúde (BRASIL, 2012). Logo, possibilitar o acesso dessas comunidades à informação acerca de programas de desenvolvimento social, saúde, proteção social, entre outros, auxilia na busca de direitos por essas comunidades. Além disso, o aplicativo traz também dados sobre ações voltadas para a promoção da equidade de gênero, uma vez que se sabe que existem segmentos de mulheres com menor acesso à rede de proteção social, dentre as quais se encontram as mulheres quilombolas (GROSSI, 2017).

### **2. O Programa Brasil Quilombola**

Desde 2004, o governo federal instituiu o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que prevê um conjunto de ações – inseridas nos diversos órgãos governamentais –

---

<sup>1</sup> PhD em Serviço Social pela Universidade de Toronto/Canadá. Professora do curso de Serviço Social da PUCRS. Pesquisadora produtividade 1C do CNPq. E-mail: pkgrossi@puers.br

<sup>2</sup> Psicólogo. PUCRS. E-mail: gabriel.moraesmachado@gmail.com

<sup>3</sup> Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social/PUCRS. Bolsista CAPES PROEX.E-mail: cassiaengres@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do curso de Engenharia de Software da PUCRS. E-mail: ana.bacelo@puers.br

voltadas para as comunidades remanescentes de quilombos e para metodologias que possibilitem o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Nas diretrizes do PBQ, está prevista a necessidade de “Incorporar a dimensão de gênero nas diversas iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e ampliação dos direitos de cidadania existentes nestas comunidades, promovendo políticas concretas que efetivem a igualdade e equidade de gênero” (BRASIL, 2004, p. 24).

O PQB foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento, foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue:

Eixo 1: ACESSO A TERRA – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural;

Eixo 2: INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: DIREITOS E CIDADANIA – fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos. (BRASIL, 2012, p. 10).

Na última diretriz do PQB, a dimensão de gênero também está presente, afirmando a necessidade de:

Garantir direitos sociais e acesso à rede de proteção social, em articulação com os outros órgãos governamentais, formulando projetos específicos de fortalecimento nos grupos discriminados, *com especial atenção às mulheres* e à juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos, previdência social etc.). (BRASIL, 2004, p. 24, grifo nosso).

O App Quilombola faz parte de um projeto guarda-chuva intitulado “Mulheres Quilombolas e o Acesso aos Direitos de Cidadania: desafios para as Políticas Públicas”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) sob o protocolo CAAE: 48852615.5.0000.5336 e aprovado no edital FAPERGS PQG Gaúcho 2017.

Acredita-se que um aplicativo focado em facilitar o acesso dessas comunidades às informações acerca de ações e programas que busquem um incremento à sua qualidade de vida e efetivação de seus direitos pode ser uma ferramenta útil para o exercício da cidadania. Assim, o aplicativo poderá servir como guia de recursos de políticas públicas, possibilitando às comunidades quilombolas obter informações sobre o acesso a serviços, ações e programas nos diferentes eixos do PQB, os órgãos envolvidos nas iniciativas, as metas dos programas, ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero, entre outros.

Em revisão da literatura, identificou-se que não existe nenhum aplicativo voltado para a população quilombola no estado do Rio Grande do Sul (RS). Espera-se como resultado que o aplicativo possibilite um maior controle e participação das comunidades na busca de acesso pelos seus direitos de cidadania.

Este trabalho possui uma natureza interdisciplinar, pois envolve a área de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Computação, permitindo aliar conhecimentos da área do Serviço Social – no que tange às políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, formas de organização social, relações de gênero e étnico-raciais – e da Informática – no que tange aos Sistemas de Informação.

Atualmente o aplicativo possui um caráter estático e informativo; porém, pretende-se que aperfeiçoamentos sejam feitos para que ele forneça uma experiência com interface interativa, facilitando o acesso qualificado a informações, assim como uma construção colaborativa. Foi selecionada para o aplicativo uma gama de informações tais como rede de atendimento à mulher e legislações voltadas para crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos, consideradas úteis para todos os segmentos das comunidades quilombolas, levando em conta as características étnico-raciais, culturais, de gênero e geracionais da comunidade. Assim, o aplicativo contém legislações destinadas não somente às comunidades quilombolas, mas também ao público idoso (como o Estatuto do Idoso), jovem (Estatuto da Juventude), a mulheres (Lei Maria da Penha e rede de atendimento à mulher), a crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente), além de políticas de ações afirmativas na área da educação, entre outras.

Esse uso das novas tecnologias, respeitando a diversidade étnico-cultural, potencializa o desenvolvimento de práticas emancipatórias por meio do maior acesso às políticas públicas específicas para o atendimento das demandas das comunidades remanescentes de quilombos.

### 3. Metodologia

Tendo em vista o cuidado com as nuances do acesso advindas de características étnico-raciais, culturais, de gênero e geracionais da comunidade, ancoramo-nos no pressuposto teórico-metodológico da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2019) a fim de compreender tais intersecções.

A origem do termo “interseccional” é localizada nos anos 1970, com teóricas do feminismo negro. Entretanto, sua utilização ganhou impulso com a formulação feita pela jurista estadunidense, Kimberlé Crenshaw, que assim define a interseccionalidade:

Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Entendemos que a interseccionalidade possibilita a compreensão das demandas das comunidades quilombolas, cujas experiências sociais são clivadas por relações étnico-raciais, de gênero, geracionais e de classe social. Estudos anteriores já apontavam que existem questões referentes à gênero e raça/etnia, classe social e geração que atravessam as vivências de mulheres quilombolas (FREITAS et al., 2011).

No entendimento de Collins (2019), as clivagens de raça, classe e gênero são constitutivas das relações de poder. Contudo, essas opressões, assim como outras, não se dão de forma aditiva, mas sim interconexas entre os sistemas de opressão. A ideia de interseccionalidade se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação. Os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, mas que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça. Em contrapartida, a ideia de matriz de dominação se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas (COLLINS, 2019).

Os paradigmas interseccionais contribuem para a compreensão das conexões entre conhecimento e empoderamento, pois as opressões interseccionais moldam as experiências de grupos oprimidos e não apenas de mulheres negras. Além disso, colaboram para a compreensão do modo como são organizadas as formas de dominação na sociedade, as quais a autora denomina de matriz de dominação.

O termo *matriz de dominação* caracteriza essa organização social geral dentro da qual as opressões interseccionais se originam, se desenvolvem e estão inseridas. [...] Como forma particular que as opressões interseccionais tomam em um lugar social único, qualquer matriz de dominação pode ser vista como uma organização de poder historicamente específica na qual os grupos sociais estão inseridos e sobre a qual pretendem influir (COLLINS, 2019, p. 368, grifos da autora).

O desenvolvimento do App Quilombola constitui-se em uma estratégia de acesso ao conhecimento de direitos de cidadania frente à uma dívida histórica com povos tradicionais que foram subtraídos em seus direitos fundamentais.

O ensino no Brasil, em geral, possui um caráter eurocêntrico, e a cultura e história afro-brasileiras são narradas da perspectiva do colonizador. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com mulheres quilombolas, e nessas entrevistas verificamos que as idosas tinham um papel essencial de protagonistas na transmissão da cultura e valores para as gerações mais novas. No App Quilombola, as histórias dos quilombos são contadas pelas pessoas mais velhas da comunidade, que são consideradas *griôs* na cultura africana. A identidade quilombola também está associada à resistência e luta dos antepassados que foram escravizados, sendo valorizada a força e a ancestralidade nos depoimentos das entrevistadas.

A metodologia para o desenvolvimento do aplicativo envolveu: a) mapeamento dos quilombos de Porto Alegre e região metropolitana, realizado através de busca no site da Fundação Palmares; b) reuniões com as lideranças dos quilombos e associações para apresentação do projeto e identificação de suas demandas. Foram realizadas três reuniões na PUCRS. A primeira foi com representantes do Instituto de Assessoria a Remanescentes de Quilombos do RS (IACOREQ), Grupo de Ações Afirmativas para Afrodescendentes (GAAA), e Frente Quilombola do RS, que nos repassaram contatos das lideranças quilombolas de Porto Alegre. Foi realizada uma segunda reunião na PUCRS, convidando os representantes de todos os quilombos de Porto Alegre. Nessa reunião, compareceu somente o representante do quilombo Fidelix, além de representante da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial, representante da EMATER, que atende

comunidades quilombolas através de assistência técnica rural e GAAA, e uma mulher quilombola. A equipe decidiu então ir *in loco* nas comunidades e agendou as entrevistas e grupos focais com mulheres quilombolas de diferentes gerações no Quilombo do Areal, Quilombo Fidelix, Família Silva, Quilombo Lemos e Quilombo Anastácia (Viamão), sendo que o contato com as lideranças (presidentes das associações dos quilombos) foi feito por telefone para agendamento das visitas; c) análise de conteúdo das entrevistas; d) identificação das formas de acesso (dificuldades e facilidades) às informações sobre os direitos de cidadania e a relação com o uso de novas tecnologias. Ao todo, participaram em torno de 30 quilombolas nesse projeto.

Como forma de aproximação das comunidades, para conhecimento de seu modo e condições de vida, a equipe participou de trilhas ecológicas no Alpes, de acampamento africano no Quilombo Anastácia, almoços, feiras, entre outras atividades desenvolvidas nas comunidades.

Para o desenvolvimento do processo de design do aplicativo, foram utilizados diferentes métodos de pesquisa, que incluem: 1) pesquisa bibliográfica para compreensão e análise do domínio; e 2) pesquisa documental sobre políticas públicas para comunidades quilombolas.

O processo de design do aplicativo envolveu práticas de Metodologia Ágil e de Interação Humano-Computador (IHC), as quais são fortemente relacionadas. As práticas de Metodologias Ágeis pressupõem a interação contínua e gradativa entre o usuário e o programador, com o objetivo de construir o aplicativo e solucionar os problemas à medida que acontecem. Para tal, foi adotado o modelo simples de ciclo de vida de design de sistemas interativos, tendo a atividade de avaliação como ponto central do processo (SOARES, 2004). Assim, cada atividade foi validada e avaliada junto aos colaboradores dos cursos envolvidos e junto a representantes das comunidades quilombolas contempladas. Entre as atividades desenvolvidas, pode-se destacar: estabelecimento de requisitos, elaboração de designs alternativos, prototipação e o desenvolvimento do produto final (primeira versão do aplicativo).

#### **4. Resultados**

A ideia desse aplicativo surgiu na forma de um espaço para as lideranças contarem as histórias dos quilombos, sua cultura, valores e tradições. Essa demanda emergiu em uma reunião da rede quilombola do estado do RS, da qual a coordenadora do projeto

participou no ano de 2016. Em um conjunto de reuniões dessa rede, foi identificada a falta de acesso a informações sobre os direitos e as políticas destinadas a esses segmentos populacionais, além de a informações sobre os quilombos.

Em 2017, foi realizada uma reunião na PUCRS com representantes da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial e lideranças quilombolas de Porto Alegre, na qual foi apresentado o projeto App Quilombola e definidos os conteúdos do menu – dentre os quais, a saúde da população negra, com as doenças mais prevalentes. Também foi sugerido que o aplicativo tivesse um espaço para divulgação de eventos das comunidades quilombolas e espaço de troca de informações, entre outros. Ainda, uma das mulheres quilombolas presentes expressou o seguinte: “*eu gostaria de saber o que cada quilombo do interior está produzindo*” – uma demanda específica motivada pela existência de uma cooperativa de produção de hortifrutigranjeiros que envolve várias comunidades quilombolas do estado, por meio da qual comercializam seus produtos para um grande hospital público.

Em relação à identidade quilombola, foi ressaltada a importância de dar visibilidade às narrativas das próprias quilombolas sobre o que é ser quilombola, conforme destacamos a seguir:

*“Para mim, ser quilombola é ter a força dos antepassados, eu não trago a sofrência dos antepassados que sofreram na chibata, eu trago a força deles, para mim o fato de ser quilombola é só pegar a força deles e tentar transformar para mostrar o futuro, não só pensar no passado. Eu pego o termo Quilombola e a força dos antepassados e transformo no futuro, essa é minha visão do termo Quilombola.” (Quilombola rural – grifos nossos).*  
*“É continuar a minha origem, desde o que sou [...]. Ser quilombola para mim é continuar os ensinamentos dos meus avós e pais, ser honesto, não fazer o que não deve, e continuar na origem.” (Quilombola urbano – grifos nossos).*

Ressaltou-se, entre as dificuldades, o fato de muitas comunidades quilombolas no interior não possuírem acesso à internet por se situarem em locais isolados. Decidiu-se então que, inicialmente, o App Quilombola seria um piloto com informações destinadas aos quilombos urbanos de Porto Alegre.

Em novembro de 2018, foi apresentada uma versão do App Quilombola no Seminário Povos Pretos do Sul, na Casa de Cultura Mario Quintana/Porto Alegre, quando se aplicou um instrumento de validação para o público presente. Esse processo foi repetido em outros quilombos de Porto Alegre e Viamão.

Dos 14 respondentes que participaram da validação do App Quilombola, 11 eram mulheres e 3 eram homens. No tangente à escolaridade: 3 tinham ensino fundamental

incompleto, 2 ensino fundamental completo, 4 ensino superior completo, 3 ensino superior incompleto, e 2 ensino médio incompleto. Quanto às ocupações, obteve-se as respostas: cozinheira, balconista, técnica em enfermagem, socióloga, secretária, técnico em mecânica industrial (aposentado), dona de casa, operador de empilhadeira, agente comunitária de saúde e auxiliar de cozinha. A maioria (12 de 14) possuía internet no celular e utilizava aplicativos. Entre aplicativos mais utilizados, foram citados o WhatsApp, Uber, Facebook, aplicativos de bancos, de jornais, e-mail, e uma entrevistada citou um aplicativo chamado “Minha querida ansiedade”, que se destina a pessoas com ansiedade que buscam ajuda no app em momentos de crise.

Da amostra, todos(as) consideraram importante um aplicativo para comunidades quilombolas, destacando que possibilitaria o acesso a informações pertinentes aos quilombos, tais como: visibilidade, informações dos serviços públicos, história, direitos, políticas públicas etc., assim como para exercer o papel de um canal de comunicação com e para a comunidade.

Destaca-se ainda que grande parte dos respondentes se sente satisfeita com as informações contidas no aplicativo, considerando os conteúdos pertinentes e importantes. Foram feitas considerações acerca da necessidade de ter áudio nos textos do app; de uma plataforma mais colaborativa – para que a própria comunidade insira informações; de fornecer a localização dos quilombos via mapa; assim como a falta do quilombo Anastácia e falta de integração dos conteúdos do app com as prefeituras. A partir da demanda registrada na ficha de avaliação, o Quilombo Anastácia, de Viamão, foi incluído no aplicativo.

Com base na análise das demandas e das limitações de recursos, desenvolveu-se, num primeiro momento, o App Quilombola como um aplicativo de caráter informativo/consultivo, organizado a partir de um menu inicial que contém as seguintes abas para consulta: 1) o que é ser quilombola?; 2) quilombos de Porto Alegre e Quilombo Anastácia (Quilombo dos Alpes, Quilombo Areal da Baronesa, Quilombo Família Silva, Quilombo Família Fidélis, Quilombo Família Lemos); 3) Legislação (Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Juventude, Programa Brasil Quilombola, Política Nacional de Assistência Social, Lei Maria da Penha); 4) história, cultura e tradição; 5) saúde da população negra; 6) redes de atendimento à mulher, serviços e benefícios sociais (Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Benefício da Prestação Continuada); 7) representações quilombolas; 8) curiosidades; 9) ações afirmativas (cotas sociais e étnico-raciais nas universidades

federais e institutos federais de ensino médio, técnico e tecnológico, cotas raciais nos concursos públicos); 10) calendário quilombola; 11) mulheres negras quilombolas na história. A Figura 1 apresenta algumas telas do App Quilombola, que se encontra disponível para Android no Google Play<sup>5</sup>, com download gratuito.



Figura 1 – Algumas telas do Aplicativo Quilombola

Fonte: Elaboração própria.

## 5. Considerações finais

Verificou-se que a maioria dos participantes da pesquisa desconhecem o Programa Brasil Quilombola e suas formas de acesso, e que usam aplicativos em seus celulares. Logo, espera-se que esse aplicativo seja mais uma ferramenta para acesso aos direitos de cidadania dessas comunidades, assim como de valorização da cultura quilombola, sempre considerando que as novas tecnologias podem ser fatores de exclusão ou inclusão. Dessa forma, entendemos que a inclusão digital e o uso de ferramentas informativas podem fomentar a mobilização de processos sociais de empoderamento não só individual, mas também de classe, por meio da construção de conhecimentos ancorados nas experiências sociais dos grupos oprimidos e de espaços de adensamento e

<sup>5</sup>

Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.pucrs.nepevi.appquilombola&hl=pt>. Acesso em: 07 dez. 2019.

tomada da consciência crítica, contribuindo para uma práxis libertadora e para a construção de um outro projeto societário, que objetiva a libertação da humanidade e a justiça social. Espera-se que futuras versões do aplicativo sejam interativas e colaborativas, possibilitando um protagonismo desses atores nesse processo.

## 6. Referências

BRASIL.**Sumário executivo: Pesquisa de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas.** Brasília, 2013.

Disponível em:

<[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/sum%C3%A1rio%20pronto\\_QUILOMBOLAS%202013.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/sum%C3%A1rio%20pronto_QUILOMBOLAS%202013.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL.**Diagnóstico das ações realizadas:** Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/diagnostico-de-acoes-realizadas-programa-brasil-quilombola/view>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL.**Programa Brasil Quilombola.** Brasília, 2004. Disponível em:

<<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/igualdade-racial/artigos-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.**Estudos feministas**, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREITAS, Daniel A. et al. Mulheres quilombolas: profissionais na estratégia de saúde da família.**Revista Espaço para a Saúde**, v. 12, n. 2, p. 56-62, jun. 2011.

GROSSI, Patricia Krieger. Mulheres quilombolas e o acesso às políticas públicas:

desafios na sociedade contemporânea. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017,

Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2017. Disponível em:

<[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497876163\\_ARQUIVO\\_artigomulheresquilombolasfazendogenero2017.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497876163_ARQUIVO_artigomulheresquilombolasfazendogenero2017.pdf)>. Acesso em: 1 dez. 2019.

SOARES, Micheldos Santos. Comparação entre Metodologias Ágeis e Tradicionais para o Desenvolvimento de Software. **INFOCOMP Journal of Computer Science**, v. 3, n. 2, p. 8-13, nov. 2004.